*Artigo

A diferença entre o Inquérito Policial e o Termo Circunstanciado de Ocorrência

Tanto o Inquérito Policial, quanto o Termo circunstanciado de Ocorrência (TCO), são mecanismos para uma melhor apuração dos fatos depois de um registro de Boletim de Ocorrência, onde a partir deste procedimento é envolvida a esfera judiciária.

Antes mesmo disto acontecer, a diferença se inicia no procedimento de ambos, afinal, o Inquérito é instaurado a princípio para uma apuração dos fatos, autoria e detalhes que servirão de base para a Ação Penal numa forma de investigação mais apurada, enquanto o TCO inicia-se após a representação, em que se registra o fato tipificado conforme o Código Penal.

Embora normalmente o Inquérito se realize após o registro do B.O., outro aspecto que este documento tem é a característica é a oficiosidade, onde o mesmo independe de uma provocação formal e a atividade das autoridades competentes, sendo possível que suceda no momento do conhecimento da infração penal.

O Inquérito tem sua previsão legal nos artigos 4° ao 23° do Código de Processo Penal, sendo que além da oficiosidade, e de outras características, são destacados os aspectos de: Forma escrita, Sigilosidade e Inquisitório, que compete ao Delegado ou Ministério Público a rubrica de tais documentos.

Já o Termo Circunstanciado, usualmente é para os casos de menor potencial ofensivo, ou seja, quando se trata de crimes de menor relevância, em que as penas sejam de até dois anos que se iniciem em liberdade ou multa, servindo de peça INFORMATIVA para um processo no Juizado Especial Criminal, em que seria como um Boletim mais detalhado com as tipificações já inclusas.

Este procedimento está previsto no artigo 69 da Lei 9.099 (lei do juizado), em que já no corpo da lei prevê o encaminhamento direto para o Juizado Especial competente para o agendamento de audiência preliminar, sendo que assim, para que cumpra a sua principal finalidade que é restaurar e manter a ordem pública.

Embora esta finalidade (ordem pública) seja para ambos os casos, em relação ao TCO se visualiza a celeridade dos juizados em relação as demandas judiciais, para que as lides não se estendam por anos na maquina judiciária e sejam o quanto antes sanadas.

A força policial, tanto nos casos de inquéritos ou nos de Termos circunstanciados tem uma função coercitiva muito importante para a paz social, que se inicia muita antes dos mesmos se tornarem processos.

Há casos em que os agentes causadores dos delitos sejam de fato transgressores inescrupulosos, mas em algumas outras situações são coisas aparentemente "simples", em que as partes podem ter se envolvido em discussões, acidentes de transito ou ameaças, no calor do momento ou em razão da discordância, que podem muito bem ser resolvidas de uma forma ágil no judiciário que atualmente está saturado com a alta demanda.

O ideal é sempre tentar a resolução dos conflitos da forma mais pacífica possível, mas caso isto não seja uma alternativa naquele momento, temos a possibilidade de recorrer a Policia que além de função social, é um serviço que está à disposição de qualquer cidadão que se sinta lesado, coagido ou pressionado e queira tomar uma providencia preventiva ou busca a resolução definitiva para aquela situação.

Independentemente das circunstâncias, quando algo se torna insustentável e da indícios que está caminhando para se tornar algo mais grave, não sinta-se desprotegido e nem deixe ser pego despreparado, utilize dos seus direitos de cidadão de uma forma correta e lícita.

Alice Cazzuni Defant
Bel. em Direito

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES
Thiago L. Machado
Vitória Bertol

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07

CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

AL promove exposição de artesanatos tangaraenses

Mais uma vez a arte produzida em Tangará da Serra ganhou destaque estadual. O saguão principal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso recebeu nesta segunda, terça e quarta o trabalho de quatro associações de artesãos de Tangará da Serra: Artetan, Assoarte, Associação Mulheres Rurais Fruto do Vale e Grupo Mandala. Entre os produtos expostos estiveram peças de decoração, porta-chaves, bolsas e sapatos de crochê, toucas de frio, tapetes, bonecas de retalhos, fantoches, enfeites para cabelo, além de doces de frutas. "Para nós, ter esse espaço é muito importante, porque dependemos das vendas. Ficamos felizes de mostrar o trabalho que a gente faz", comemorou Valéria Menezes, representante da Assoarte. A exposição foi requerida pelo deputado Wagner Ramos (PSD). A superintendente do Instituto Memória, Mara Visnadi, destaca que o local está aberto para esses eventos. "Queremos dar oportunidade para todos os mato-grossenses que queiram expor artesanatos valorizando a cultura local. O saguão está disponível, basta nos procurar no Instituto Memória", lembrou.

Bazar Fraterno

A Casa Fraterna Fonte de Luz – antiga Casa da Sopa, localizada na Vila Esmeralda, realizará mais um Bazar Fraterno. A grande oportunidade de comprar produtos seminovos a preços bem acessíveis será neste domingo, dia 8 de outubro, a partir das 15h. O bazar é o principal meio que a Casa beneficente arrecada para suas despesas.

Lei Seca

O uso de câmeras filmadoras durante operações da Lei Seca foi discutido, ontem, pela Câmara Temática de Trânsito, do Gabinete de Gestão Integrada, na secretaria estadual de Segurança Pública. A previsão é que sejam adquiridas de oito a nove equipamentos que vão capturar imagens do ambiente da operação e abordagens.

TCE

Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso nos serviços de atendimento médico do SUS em Cuiabá apontaram que 45% da carga horária de trabalho dos profissionais médicos da atenção básica não é cumprida. Essa é a segunda vez que o TCE fiscaliza a operação do sistema de saúde pública da capital. A primeira auditoria foi realizada em 2014.

Protesto

Dezenas de manifestantes fecharam a BR-163 na região do Bairro Alto da Glória, em Sinop, em protesto contra a precariedade do Hospital Regional de Sinop. Segundo informações da concessionária Rota do Oeste, que administra a via, cerca de 150 pessoas participam do movimento e o bloqueio durou cerca de uma hora.

*Bastidores da Política

Assembleia

Sserp Assembleia Geral Extraordinária será realizada no dia 16 às 19h00 na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tangará da Serra. Em pauta a reivindicação pela concessão da Revisão Geral Anual (RGA). Segundo o presidente do sindicato, Eduardo Pereira, os servidores continuam buscando o diálogo com o Poder Executivo Municipal.

Perdas

Apesar disso, o sindicato confirma que é forte a corrente dos que defendem greve, intensificação de protestos e manifestações. "A falta da Revisão Geral Anual, pode ser apenas uma sigla para algumas pessoas, mas para o funcionário público a RGA é recuperação do poder de compra que ele perdeu no ano passado", explica ao lembrar que a inflação de 2016 foi de 6,28%.

Falta da RGA

O presidente do SSERP usa o preço de uma cesta básica para demonstrar os problemas que a falta da RGA tem causado aos servidores. "Para uma pessoa que ganha R$ 1.700,00, por exemplo, a falta da RGA representa em mais ou menos 100 reais por mês. Isso daria para comprar uma cesta básica. Queremos apenas o que é justo", afirma Eduardo Pereira.

Cassados

A prefeita de Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, Lucimar Sacre de Campos (DEM), o vice-prefeito José Hazama (PRTB) e o presidente da Câmara de Vereadores daquele município, Benedito Francisco Curvo, o Chico Curvo (PSD), tiveram os mandatos cassados pela Justiça Eleitoral por compra de votos durante as eleições de 2016.

Novas eleições

A decisão é do juiz Carlos José Rondon Luz e também condena o presidente do Departamento de Água e Esgoto (DAE), Eduardo Abelaira Vizotto. Pela decisão, todos os réus ficam inelegíveis por oito anos e o magistrado determina a convocação de novas eleições no município. A sentença cabe recurso e os réus permanecem nos cargos até o transitado em julgado.

Outdoor

O ministério Público Eleitoral (MPE) recomendou a retirada de um outdoor em apoio ao deputado federal Jair Bolsonaro, em Rondonópolis. Para o MPE, a medida configura propaganda extemporânea. Em Rondonópolis, o outdoor já foi retirado, mas em outras cidades mato-grossenses ainda continuam. Segundo o MPE, o pedido pode ser feito pelas promotorias de cada região.

Marfrig

O ex-secretário da Casa Civil, Pedro Nadaf, afirmou que o senador e atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, foram beneficiados por dinheiro de um esquema com o Grupo Marfrig. Segundo Nadaf, o grupo que atua na área de frigorífico aceitou doar R$ 5 milhões para as campanhas de Silval Barbosa e Maggi, em troca de benefícios fiscais e redução de ICMS.

Negociações

Segundo Nadaf, as negociações foram feitas diretamente com o presidente da Marfrig, Marcos Molina, por Silval, Nadaf e Cidinho Santos (PP), atual suplente de Maggi e que ocupa sua cadeira no Senado. Ainda segundo Nadaf, Marcos Molina aceitou fazer uma doação de R$ 5 milhões, e que iria estudar melhor e depois daria uma resposta definitiva.

Governo Federal garante renegociar dívidas de Mato Grosso

Mato Grosso poderá renegociar todas as dívidas a que tem direito, se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que estabelece o Regime de Recuperação Fiscal, for aprovada respeitando o teto dos gastos a todos os Poderes, conforme exige a Lei Complementar 156. A garantia foi dada ontem à noite, pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e equipe do Tesouro Nacional, durante reunião com o governador Pedro Taques e o secretário de Fazenda, Gustavo de Oliveira. O governador apresentou a proposta encaminhada à Assembleia Legislativa e mostrou que as renegociações vão permitir ao Estado ter um fôlego no fluxo de caixa do Tesouro Estadual de até R$ 1,3 bilhão nos próximos anos.

"Outra garantia importante que tivemos do ministro Meirelles foi o aval para o projeto de apoio financeiro do Banco Mundial (Bird). E isso inclui não apenas a dívida dolarizada que temos com o Bank of America, como também a Lei de Eficiência Pública, que está prevista na PEC, e outras medidas de melhorias para o controle dos gastos, e todos os demais passos do ajuste fiscal", explica o governador.